CLA/DCRA-GTMAPP/2026, elaborado por profissional de engenharia, arquitetura, agrononia e geologia de GTMAPP, em doc. SEI nº 164166579;

3 - que as remoções de exemplares arbóreos mortos foram realizadas conforme autorizado, de acordo com o Relatório de Vistoria - Atesto Técnico nº 460/CLA/DCRA-GTMAPP/2026, elaborado por profissional de engenharia, arquitetura, agrononia e geologia de GTMAPP, em doc. SEI nº 164166579;

4 - que referente ao plantio, estabelecido na Cláusula Sexta, foi efetuado conforme aprovado por DCRA-GTMAPP, em doc. SEI nº 124741754, encontrando-se as mudas vivas e em condições satisfatórias de desenvolvimento, nos termos do Relatório de Vistoria - Atesto Técnico nº 460/CLA/DCRA-GTMAPP/2026, elaborado por profissional de engenharia, arquitetura, agronomia e geologia de GTMAPP, em doc. SEI nº 164166579;

5 - que as áreas verdes e permeáveis, estabelecidas na Cláusula Oitava, encontram-se devidamente delimitadas e implantadas conforme o PCA aprovado, de acordo com o Relatório de Vistoria - Atesto Técnico nº 460/CLA/DCRA-GTMAPP/2026, elaborado por profissional de engenharia, arquitetura, agrononia e geologia de GTMAPP, em doc. SEI nº 164166579;

6 - que os prazos de conservação e manutenção do manejo, conforme determinado no TCA:

- dos plantios, mudas DAP 3,0 cm, se estenderá até 1º/07/2027.

A emissão do presente Certificado de Recebimento Provisório- CRP é efetuada, tendo em vista a expedição do "Habite-se" ou Auto de Conclusão, nos termos do parágrafo único do artigo 10º da Lei Municipal nº 10.365/87, atendendo também a nota nº 21 do Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar modificativo nº 2024/06669-01, publicado em 06/05/2025, em doc. SEI nº 126789367.

Quando da solicitação do Certificado de Recebimento Definitivo, o interessado deverá apresentar, ao fim do prazo de manutenção, relatório de conclusão do manejo arbóreo com as respectivas conservações efetuadas e previstas no TCA, devidamente documentado com fotos. Este trabalho deve ser realizado por profissional competente, com recolhimento de ART.

Conforme concluiu a Assessoria da Coordenação de Licenciamento Ambiental, o compromissado cumpriu o projeto de compensação ambiental, dentro das especificações técnicas exigidas, não ficando isento das obrigações e responsabilidades previstas na Lei 10.365/87 e suas alterações, bem como as previstas no TCA.

Extrato | Documento: 167144796

CERTIFICADO AMBIENTAL RECEBIMENTO DEFINITIVO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA nº 062/2023 SEI nº 6027.2022/0014532-3

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, da Prefeitura do Município de São Paulo, na presença do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, foi apresentado o laudo de comprovação do atendimento das obrigações contidas no TCA assinado por **F.T** e **A.D.T.R,** representantes da empresa **NOVA SANTARÉM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob nº 36.636.089/0001-24, para declarar o que segue:

1 - Que nos termos do despacho doc. 078541871, proferido nos autos em epígrafe e nas Cláusulas do TCA nº 062/2023, publicado no D.O.C em 28/02/2023, pág. 109, doc. 078960378, o interessado executou as obrigações e serviços pactuados em compensação pelos cortes autorizados e realizados na Avenida do Oratório, 541, 555, 573, 575, 581 e 585, Vila Independência, São Paulo - SP.

2 - Que houve recebimento provisório, publicado no D.O.C. de 24/06/2025, em doc. SEI n° 127933522, em razão da expedição do "Habite-se" ou Auto de Conclusão nos termos da legislação vigente, atendendo também a ressalva 15 do Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova n° 22647-22-SP-ALV, publicado em 11/05/2023, doc. 083883872.

3 - Que as cláusulas do TCA e os prazos de manutenção e conservação do manejo arbóreo, estabelecidos no item 05 do Certificado de Recebimento Provisório, foram cumpridos, conforme o **ATESTO TÉCNICO Nº 311/CLA/DCRA/GTMAPP/2026**, em doc. SEI 159226690, realizado pela técnica de GTMAPP.

Conforme concluiu a Assessoria da Câmara Técnica de Compensação Ambiental, o compromissado cumpriu o Termo de Compromisso Ambiental, dentro das especificações técnicas exigidas, não ficando isento das obrigações e responsabilidades previstas na Lei 10.365/87, e suas alterações. Este Certificado é expedido tendo em vista o encerramento do processo.

Extrato | Documento: 167146383

CERTIFICADO AMBIENTAL RECEBIMENTO DEFINITIVO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA nº 010/2022 SEI nº 6027.2020/0000976-0

Aos 03 (três) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, da Prefeitura do Município de São Paulo, na presença do Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, foi apresentado o laudo de comprovação do atendimento das obrigações contidas no TCA assinado por **C.E.K** e **D.A.S,** representantes da empresa **HESA 187 - Investimentos Imobiliários Ltda,** inscrita no CNPJ/MF nº 29.235.635/0001-50, para declarar o que segue:

1 - Que nos termos do despacho doc. SEI 057464059, proferido nos autos em epígrafe e nas Cláusulas do TCA n° 010/2022, publicado no D.O.C em 28/01/2022, página 47, o interessado executou as obrigações e serviços pactuados referente ao manejo de exemplares arbóreos em decorrência de Projeto para Construção de Edifício de Uso Misto - R2v-2/nR1-3 - ZM - PA 05, em imóvel situado na Rua Haddok Lobo, 1430-1440 e Alameda Lorena, 1717-1721 - Cerqueira César, São Paulo - SP.

2 - Que houve recebimento provisório, publicado no D.O.C. de 26/02/2025, em doc. SEI n° 120518257, em razão da expedição do "Habite-se" ou Auto de Conclusão nos termos da legislação vigente, atendendo também a ressalva n° 08 do Alvará de Execução de Edificação Nova, n° 1020.2021/0019684-6, publicado em 23/02/2012, sob fls. 119/120 dos autos.

3 - Que as cláusulas do TCA e os prazos de manutenção e conservação do manejo arbóreo, estabelecidos no item 06 do Certificado de Recebimento Provisório foram cumpridos e as providencias solicitadas no RTV foram adotadas, conforme o **ATESTO TÉCNICO Nº 310/CLA/DCRA/GTMAPP/2026**, em doc. SEI 159200946, realizado pela técnica de GTMAPP.

Conforme concluiu a Assessoria da Câmara Técnica de Compensação Ambiental, o compromissado cumpriu o Termo de Compromisso Ambiental, dentro das especificações técnicas exigidas, não ficando isento das obrigações e responsabilidades previstas na Lei 10.365/87, e suas alterações. Este Certificado é expedido tendo em vista o encerramento do processo.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Secretário Municipal: Rodrigo Hayashi Goulart

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 8º e 12º andares -

3224-6000

E-MAIL: comunicacaosmdet@prefeitura.sp.gov.br

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Ata de Reunião | Documento: 166951015

ATA DA REUNIÃO HIBRIDA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - CMDRSS

Data: 29/05/2026

Horário: 09h00 às 12h00 horas

Hibrida: CAE Leste/Rua Major Vitorinoi de Souza Rocha. 146 - Vila Teresinha

https://teams.microsoft.com/meet/214852933927?p=gcwTEbyXSxPVCHspCM

Participantes:

Poder Público:

● Aline Rodrigues Miyake - Suplente - SMDET/CA

● Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS

● Luciana Chakarian Kuanda - Suplente - SMUL

● Roseli Allemann - Titular - SMVA

● Solange Aparecida Dias - Presidente - Titular - SMDET/CA

Sociedade Civil:

● Jaíne Pacheco dos Santos - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte

● Paloma Fluentes - Suplente - Agricultoras Zona Sul

● Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Tamires Araujo Firmino - Suplente - OSC a Agricultura Familiar

● Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultoras Zona Leste

● Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultoras Zona Sul

● Joelma Marcelino - Suplente - Agricultoras Zona Leste

Convidados:

● Diego Blum - AdeSampa

● Magno Celso - Ex Conselheiro

● Bruna Bau da Silva - Gestor Equipamento Público/CAE SUL

● Lia Esperança - Agricultora

● Marcos Akira Shimabukuro - Gestor de Equipamento Público/CAE LESTE

● Ademir Batista de Oliveira - UBS: Pedro de Souza Campos

● Fabiano Fabricio de Lima - SMDET

● Vilma Martins de Oliveria - Mulheres do Grau

● Sueli Rodriguews - Horta na Praça

Ausência justificada:

● André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Famílar

● Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAAP - CATI/CAA

● Ludmila Mello de Amorim - Titular - Seclima

● Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura de Parelheiros

● Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SP Turins

● Fernada Alesca de Alburquerque - Suplente - SP Turins

Reunião de 29/05/2026

Em 29 de Maio de 2026 foi realizada a 5ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião hibrida.

Pauta da Reunião

Pauta 1

Jorge Aparecido - Titular | Agricultores da Zona Norte

Parque Borda da Cantareira

Pauta 2

Jaine Pacheco - Titular | Agricultores da Zona Sul

Sugestões de melhorias na fiscalização de hortas fantasmas

Sugestão de elaboração de feira para o segundo semestre

Pauta 3

Lia Goes - Suplente | Agricultores da Zona Sul

Informações sobre a Patrulha Agroecológica

Pauta 4

Tamires Araújo - Suplente | OSC da Agricultura Familiar

Cronograma e mapeamento das hortas

Visitas técnicas e acompanhamento

Materiais, equipamentos e estrutura

Placas de identificação das hortas

Processo seletivo para novos integrantes e beneficiários do POT.

Pauta 5

Paloma Fluentes - Suplente - Agricultores Zona Sul

Atuação da GCM Ambiental e fiscalização das Subprefeituras nas áreas rurais e urbanas de hortas

---

Pauta 6

Apresentação sobre o PAA
Sra. Cristiana Maymone - Consultora do PAA em São Paulo (DEPAD/SESAN/MDS)

Pauta 7

Aprovação da Ata de Abril/2026

Pauta 8

Informes Gerais

Pesquisa de Percepção dos Conselheiros sobre o Programa Sampa+Rural

Antes do início da reunião ordinária do CMDRSS, foi realizada uma dinâmica participativa com os conselheiros presentes, proposta pela Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS), Sra. Solange Aparecida Dias, com o objetivo de coletar percepções e avaliações sobre o Programa Sampa+Rural.

Durante a atividade, os conselheiros foram convidados a registrar, de forma anônima e sem identificação, suas considerações sobre os pontos positivos do programa, os principais desafios e aspectos que necessitam de aprimoramento, bem como sugestões de soluções e ações de melhoria para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura urbana e periurbana no município.

A dinâmica foi realizada por meio do preenchimento livre de folhas em branco, garantindo aos participantes total liberdade para expressar suas opiniões, experiências e propostas.

Após a consolidação das contribuições, os apontamentos foram organizados por temas, destacando aspectos positivos, desafios identificados e sugestões de aprimoramento apresentadas pelos conselheiros.

Concluída a atividade de avaliação e percepção sobre o Programa Sampa+Rural, e registradas as contribuições dos conselheiros, foi dado início à Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS).

A Presidente do CMDRSS, Sra. Solange Aparecida Dias, deu as boas-vindas aos conselheiros, convidados e demais participantes presentes, agradecendo a participação de todos e ressaltando a importância da contribuição dos conselheiros para o aperfeiçoamento contínuo das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Sampa+Rural e das políticas públicas voltadas ao setor. Em seguida, deu prosseguimento à apreciação das pautas constantes da convocação.

Pauta 6 - Apresentação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Sra. Cristiana Maymone: (DEPAD/SESAN/MDS)

Dando continuidade à reunião, a Presidente passou à apresentação da Pauta 6 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conduzida pela Sra. Cristiana Maymone, representante do Departamento de Promoção do Abastecimento Alimentar (DEPAD), da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

A palestrante apresentou os objetivos e diretrizes do PAA, destacando sua importância para a promoção da segurança alimentar e nutricional, por meio da aquisição de alimentos da agricultura familiar para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ressaltou ainda que o programa fortalece a agricultura familiar ao permitir a compra direta dos produtores, com dispensa de licitação, simplificando os procedimentos e ampliando as oportunidades de comercialização.

A Sra. Cristiana Maymone, Consultora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em São Paulo (DEPAD/SESAN/MDS), explicou que o programa tem como objetivo promover o acesso à alimentação adequada e saudável para pessoas em situação de insegurança alimentar, por meio da compra pública de alimentos produzidos pela agricultura familiar e sua destinação às organizações da rede socioassistencial, instituições públicas e filantrópicas de ensino, saúde, justiça e equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Ressaltou que as aquisições são realizadas com dispensa de licitação, reduzindo a burocracia e fortalecendo a agricultura familiar.

A palestrante apresentou o histórico do programa, destacando sua criação em 2003, a implementação da modalidade pôr Termo de Adesão em 2012, sua substituição pelo Programa Alimenta Brasil em 2021 e a retomada do PAA em 2023. Explicou ainda

as modalidades operadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), esclarecendo que o Termo de Adesão permite a aquisição direta dos agricultores familiares por CPF, sem necessidade de cooperativas.

Durante a apresentação, Cristiana informou que a consultoria desenvolvida pelo MDS, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), tem como finalidade oferecer apoio técnico a gestores, conselhos e agricultores, além de identificar desafios relacionados à execução do programa.

Entre os principais desafios apontados, destacou a burocracia documental, as dificuldades logísticas, a limitação da assistência técnica e a necessidade de ampliar a participação dos grupos prioritários, como assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, mulheres, jovens e beneficiários do Cadastro Único.

A palestrante também informou que os dados de execução do programa estão disponíveis em plataforma pública de dados abertos e apresentou o Manual Operativo do PAA, recomendando a utilização da versão 2.0 para consulta das normas e procedimentos.

Na sequência, foi informado que estava aberto o prazo para manifestação de interesse dos municípios em aderir ao PAA, com prazo até 4 de junho de 2026, ressaltando que o Município de São Paulo poderia participar do processo.

Durante os debates, um conselheiro questionou o limite anual de **R$ 15.000,00 por agricultor**, argumentando que o valor é rapidamente atingido pelos produtores e pode criar períodos em que a demanda por alimentos permanece existente, mas o agricultor não pode mais fornecer ao programa. Em resposta, a consultora esclareceu que o limite é definido por CPF e que há discussões em andamento sobre sua atualização. Informou ainda que agricultores vinculados a cooperativas podem comercializar tanto individualmente quanto por meio da organização, respeitando os limites estabelecidos para cada modalidade.

Também foram realizados questionamentos sobre a participação de membros da mesma família, a possibilidade de alteração dos produtos previstos nas propostas apresentadas e a inclusão de produtos de origem animal nas aquisições do programa. Cristiana esclareceu que a definição dos produtos adquiridos cabe ao ente executor (município, estado ou Conab) e que a aquisição de produtos de origem animal depende do cumprimento das exigências sanitárias e de inspeção vigentes.

Por fim, foram debatidas questões relacionadas à documentação necessária para obtenção do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), especialmente em áreas onde os agricultores não possuem documentação formal de posse. Foi esclarecido pelos participantes que, em alguns casos, é possível utilizar autodeclaração acompanhada de testemunhas, devendo o agricultor buscar orientação junto aos órgãos de assistência técnica responsáveis.

Durante a apresentação foi questionado sobre a demora entre a aprovação do programa e o início efetivo das entregas, destacando que a espera gera insegurança e desmotivação entre os agricultores familiares.

Em resposta, a consultora **Cristiana Maymone** explicou que os atrasos geralmente decorrem dos trâmites de aprovação e liberação dos recursos. Informou que uma das finalidades da consultoria prestada pelo MDS é justamente apoiar os gestores municipais na elaboração e análise dos projetos, reduzindo retrabalhos e agilizando os processos.

Durante o debate, agricultores presentes relataram preocupações quanto aos critérios de qualidade exigidos para os produtos fornecidos ao programa, especialmente para os alimentos orgânicos e agroecológicos. Foi destacado que muitos padrões de classificação privilegiam aspectos visuais e tamanho dos produtos, sem considerar adequadamente sua qualidade nutricional e ambiental.

Também foram levantadas questões relacionadas à logística de recebimento e armazenamento, incluindo a mistura de produtos orgânicos e convencionais, o que pode comprometer a identificação e valorização da produção diferenciada.

A consultora esclareceu que os critérios de recebimento e qualidade são definidos pelos órgãos executores do programa, cabendo aos municípios e demais entidades responsáveis estabelecer os padrões adotados. Ressaltou, contudo, a importância das contribuições apresentadas pelos agricultores para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Por fim, foi discutida a necessidade de ampliar a valorização e a identificação dos produtos agroecológicos e orgânicos junto aos consumidores, de forma a reconhecer os benefícios ambientais e sociais associados a esse modelo de produção.

Durante os debates, os participantes manifestaram preocupação com os atrasos recorrentes na execução do PAA, especialmente em relação aos prazos para plantio, aprovação dos projetos e início das entregas. Foi destacado que a demora na divulgação dos editais e na liberação dos recursos prejudica o planejamento da produção agrícola, ocasionando perdas e dificuldades de comercialização.

A Sra. Cristiana Maymone esclareceu que o cronograma do programa depende de diversas etapas administrativas e legais, incluindo análise jurídica, definição orçamentária, manifestação de interesse dos municípios, elaboração e aprovação dos projetos pelo MDS. Informou que a intenção é publicar o edital de 2026 antes do período eleitoral, previsto para julho, permitindo maior antecedência para a organização dos municípios e agricultores.

Os conselheiros sugeriram a adoção de medidas para agilizar os processos e evitar problemas recorrentes, como atrasos na emissão de cartões bancários e na comunicação das etapas do programa. Em resposta, a consultora destacou que a função da consultoria é justamente apoiar gestores e municípios para que os projetos sejam elaborados corretamente e aprovados com maior rapidez, além de ampliar a adesão ao programa.

Ao final, foi ressaltada a importância do PAA para fortalecer a agricultura familiar e garantir a destinação de alimentos de qualidade à população em situação de insegurança alimentar. A palestrante reafirmou sua disposição em continuar apoiando o Conselho e os agricultores em futuras reuniões e esclarecimentos.

"Encerradas as discussões da pauta anterior, a Presidente deu continuidade à reunião, passando à Pauta nº 7 - Aprovação da Ata, submetendo-a à apreciação dos conselheiros."

Pauta 7

Aprovação da Ata de Abril/2026

Aloísio Areias

Dando continuidade à reunião, a Presidente **Sra. Solange Dias** passou à **Pauta nº 7 - Aprovação da Ata da reunião anterior**. Informou que todas as atas do Conselho se encontram atualizadas e disponíveis na página oficial do CMDRSS, restando apenas a ata referente ao mês de abril, que já havia sido encaminhada por e-mail aos conselheiros para apreciação.

A Presidente esclareceu que não havia quórum suficiente para deliberação presencial da matéria, uma vez que o número de conselheiros titulares presentes, ou suplentes em substituição aos titulares, era insuficiente para votação. Como encaminhamento, propôs que a aprovação da ata fosse realizada posteriormente por meio eletrônico, mediante manifestação dos conselheiros por e-mail ou grupo de comunicação do Conselho, garantindo o registro formal da deliberação e mantendo a regularidade dos documentos do colegiado.

Na sequência, a Presidente abriu espaço para sugestões de temas e convidados para as próximas reuniões do Conselho, ressaltando a importância da participação de representantes de órgãos públicos e instituições para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas de interesse dos conselheiros. Destacou a relevância da participação da Sra. Cristiana Maymone na reunião e incentivou os membros a encaminharem sugestões de palestrantes e pautas futuras.

Pauta 1 - Relato sobre a situação da área agrícola afetada pela implantação de parque municipal

Jorge Aparecido de Paula

O conselheiro Jorge Aparecido de Paula informou que o relato seria apresentado pelo ex-conselheiro Magno Celso, representante da região afetada pelo processo de implantação do parque.

Magno explicou que agricultores da área enfrentam risco de desapropriação em razão da criação de um parque municipal. Relatou que muitas famílias ocupam e trabalham na região há décadas, adquirindo lotes por meio de contratos particulares, porém sem o devido registro em cartório, o que gerou dificuldades na comprovação da posse durante o processo de levantamento fundiário.

Segundo o relato, durante os estudos realizados para a implantação do parque, os agricultores não foram devidamente cadastrados, resultando na ausência de seus nomes nos processos administrativos e judiciais relacionados à desapropriação. A situação foi identificada recentemente, após reunião com representantes da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que orientaram os agricultores sobre a necessidade de ingressarem formalmente no processo para garantir o direito à ampla defesa.

Magno agradeceu o apoio prestado por técnicos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, especialmente pela orientação recebida para compreender a situação e buscar as medidas

jurídicas cabíveis. Informou ainda que os agricultores estão organizando a documentação necessária e buscando assistência jurídica para ingressar no processo.

Durante os debates, diversos conselheiros manifestaram solidariedade aos agricultores e destacaram a importância de preservar as atividades agrícolas já consolidadas no território. Também foi ressaltado que a legislação de criação de parques e unidades de conservação pode prever a compatibilização de atividades agrícolas e de turismo sustentável, devendo essa possibilidade ser considerada nas discussões futuras.

Como encaminhamento, o CMDRSS acompanhará o caso e avaliará formas de apoiar os agricultores junto aos órgãos competentes, visando garantir a continuidade das atividades produtivas e a adequada representação dos interessados nos processos em andamento.

Pauta 2 - Gestão de Melhorias no Programa de Agricultura Urbana

Jaine Pacheco

A conselheira Jaine, representante da Horta das Virtudes, trouxe ao Conselho preocupações relacionadas à gestão e ao acompanhamento das hortas participantes do programa. Relatou que agricultores da região têm apontado a existência de áreas cadastradas que recebem acompanhamento e benefícios do programa, mas apresentam baixa ou nenhuma produção agrícola efetiva, situação popularmente chamada de “hortas fantasmas”.

Segundo a conselheira, técnicos responsáveis pelo acompanhamento das áreas já identificaram e registraram essas situações em relatórios, porém enfrentam limitações quanto às providências que podem ser adotadas. Foi destacado que a permanência dessas áreas no programa pode representar desperdício de recursos públicos e reduzir as oportunidades para novos agricultores interessados em participar.

Como sugestão, Jaini propôs o aperfeiçoamento dos critérios de avaliação e permanência no programa, considerando indicadores mínimos de produtividade e participação efetiva nas atividades agrícolas, sem desconsiderar as diferentes realidades e estágios de desenvolvimento das hortas urbanas.

Em seguida, foram discutidas questões relacionadas ao pagamento das bolsas. Foi relatado um caso de atraso no recebimento por parte de um bolsista. A coordenação informou que atualmente existe uma estrutura de atendimento para tratar dessas situações e orientou que os casos sejam encaminhados diretamente aos responsáveis da Secretaria para verificação e solução.

Também foi debatida a necessidade de ampliar os canais de comercialização da agricultura urbana. Os conselheiros defenderam a realização de feiras permanentes em equipamentos públicos, como CAEs e TEIAs, criando espaços regulares para a venda direta da produção dos agricultores. Foi ressaltado que a comercialização é fundamental para garantir geração de renda e fortalecer a sustentabilidade das hortas.

Solange Dias, Informou que a Secretaria vem buscando aprimorar o programa por meio de capacitações, cursos em parceria com instituições como Sebrae e Senar, fortalecimento da assistência técnica e criação de novos canais de comercialização. Destacou ainda que o objetivo não é penalizar agricultores, mas aprimorar a gestão dos recursos públicos, valorizar as iniciativas produtivas e ampliar as oportunidades para quem deseja desenvolver a atividade agrícola.

Como encaminhamento, ficou registrada a necessidade de discutir mecanismos de monitoramento da produtividade, aperfeiçoar os critérios de acompanhamento das hortas e avançar na construção de estratégias de comercialização para os agricultores participantes do programa.

E complementando a discussão da pauta, o Sr. Marcos destacou que a comercialização é um dos principais desafios para o fortalecimento das hortas urbanas. Citou como exemplo o sucesso do Armazém Solidário, onde os consumidores já conhecem os produtos oferecidos, criando fidelização e ampliando gradativamente a demanda por novos itens produzidos pelos agricultores.

Ressaltou que, antes de avaliar a baixa produtividade de determinadas hortas, é importante compreender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, especialmente em relação ao acesso aos mercados consumidores. Segundo ele, muitas vezes a baixa produção está diretamente relacionada à falta de canais de comercialização.

Na sequência, foram apresentadas iniciativas que vêm sendo discutidas pela Secretaria para ampliar as oportunidades de geração de renda, incluindo o fortalecimento do turismo rural, a realização de feiras em equipamentos públicos, a participação em eventos e a criação de roteiros de visitação em propriedades agrícolas. Foi mencionado o potencial de aproximar a população urbana da agricultura, por meio de visitas guiadas, atividades educativas e experiências de turismo sustentável.

Também foi destacado o trabalho desenvolvido no Polo de Ecoturismo da Cantareira e em outras regiões do município, ressaltando a possibilidade de replicar experiências bem-sucedidas em novos territórios. Os participantes reforçaram que o desenvolvimento da agricultura urbana depende não apenas do apoio à produção, mas também da criação de oportunidades de comercialização, visitação e valorização dos produtos locais.

Como encaminhamento, ficou registrado que o Conselho continuará acompanhando as ações voltadas ao fortalecimento da comercialização, do turismo rural e da integração entre agricultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, buscando ampliar as oportunidades de renda para os agricultores participantes dos programas municipais.

A Presidente Solange Dias destacou a importância de criar condições para que os agricultores possam participar das feiras de comercialização, desde que tenham interesse e estrutura para isso. Ela mencionou a experiência da feira realizada no Parque do Carmo, que continua funcionando e ampliando suas atividades, inclusive com a participação de artesãos.

Solange ressaltou que, ao longo dos anos, foram feitos diversos esforços para inserir os agricultores nesses espaços de comercialização, mas que um dos principais desafios continua sendo o transporte dos produtos e dos produtores até as feiras. Segundo ela, esse é um obstáculo que precisa ser enfrentado para ampliar a participação dos agricultores.

Também observou que a participação em feiras não deve ser uma obrigação, mas uma oportunidade para aqueles que desejam comercializar seus produtos. Relatou sua própria experiência, afirmando que atualmente prefere dedicar-se à sua rota de vendas já consolidada, permitindo que outros produtores ocupem os espaços nas feiras.

Por fim, Solange sugeriu que o Conselho aprofunde a discussão sobre formas de apoio aos agricultores, especialmente em relação à logística e ao transporte, propondo que o tema seja retomado na próxima reunião com novas informações e encaminhamentos.

Pauta 3 : Informações sobre a Patrulha Agroecológica

Lia Goes

A Conselheira Lia Góes de Moura abordou a necessidade de retomada da Patrulha Agroecológica, destacando sua importância para o aumento da produtividade dos agricultores da região. Segundo relatou, quando o serviço estava disponível, atividades que atualmente demandam de dois a três dias de trabalho manual podiam ser realizadas em cerca de meia hora com o auxílio do trator e dos implementos agrícolas.

Lia exemplificou que, em uma das ocasiões em que a patrulha atendeu sua propriedade, foram preparados dez canteiros e realizada a aração de uma área de aproximadamente 3.000 m² em apenas um dia, demonstrando a eficiência do serviço. Ressaltou ainda que, para muitos agricultores, especialmente aqueles que contam com pouca mão de obra familiar, o preparo manual do solo representa grande esforço físico e limita a capacidade de produção.

A conselheira informou que, durante a gestão anterior, encaminhou à Coordenadoria de Agricultura, com apoio de instrutor do SENAR, uma proposta para aquisição de um trator adequado às características dos diferentes tipos de solo e relevo da região. Contudo, em razão das mudanças de gestão, relatou não ter conhecimento sobre o andamento da demanda e solicitou informações sobre os encaminhamentos adotados.

Em resposta, Solange Dias informou que o tema continua sendo discutido pela equipe da Coordenadoria de Agricultura e pelo gabinete da Secretaria. Explicou que houve tentativa de contratação por meio de edital, mas o processo não obteve o resultado esperado, permanecendo em análise alternativas para viabilizar a aquisição dos equipamentos e a operacionalização do serviço. Comprometeu-se a verificar eventuais avanços e retornar com informações atualizadas.

Na sequência, Lia apresentou uma sugestão para avaliação da Prefeitura, propondo a possibilidade de estabelecer parcerias ou contratações de agricultores da própria região que já possuem tratores e implementos agrícolas, muitos deles com CNPJ ativo. Segundo ela, essa alternativa poderia otimizar recursos, aproveitando equipamentos que permanecem ociosos em determinados períodos e ampliando o atendimento aos agricultores locais.

Em resposta à sugestão apresentada por Lia Góes, Solange Dias avaliou que a proposta de estabelecer parcerias ou contratar agricultores da própria região que possuam tratores e implementos agrícolas não é inviável. Contudo, ressaltou que a possibilidade deve ser analisada à luz dos procedimentos administrativos e das exigências legais aplicáveis à Administração Pública.

Solange destacou que a Prefeitura está sujeita a trâmites específicos, incluindo análises jurídicas e normativas, que precisam ser observados antes da implementação de qualquer parceria ou contratação. Ainda assim, considerou a proposta pertinente e informou que levará a sugestão para discussão junto aos setores competentes, comprometendo-se a buscar esclarecimentos sobre a viabilidade da iniciativa.

Após os esclarecimentos e encaminhamentos apresentados, foi encerrada a discussão da Pauta 3 - Patrulha Agroecológica, de autoria da conselheira Lia Góes de Moura, passando-se à pauta seguinte da reunião.

Na sequência, o presidente da mesa convidou a conselheira Tamires para apresentar a Pauta 4, de sua autoria.

Pauta 4: Visitas técnicas e acompanhamento; Materiais, equipamentos e estrutura; Placas de identificação das hortas e Processo seletivo para novos integrantes e beneficiários do POT.

Tamires Araújo

A conselheira Tamires Araújo apresentou questões relacionadas ao funcionamento do Programa Sampa+Rural e ao acompanhamento das hortas comunitárias.

Inicialmente, informou que uma das demandas referentes às placas de identificação das hortas já estava sendo encaminhada junto à equipe da SMDET. Destacou a importância dessas placas para a identificação dos espaços produtivos, especialmente diante das fiscalizações realizadas por órgãos públicos, que frequentemente solicitam comprovações da regularidade das áreas quando não encontram a identificação adequada.

Na sequência, abordou a necessidade de maior clareza quanto ao cronograma de visitas técnicas e ao acompanhamento realizado pelos agrônomos, relatando dificuldades para identificar quais técnicos são responsáveis por cada território ou horta atendida pelo Programa Sampa+Rural. Segundo a conselheira, essa situação gera divergências de informações e dificulta a comunicação entre agricultores e equipe técnica.

Tamires também mencionou dúvidas recorrentes relacionadas ao acesso a materiais, insumos e equipamentos, ressaltando a necessidade de definição mais clara dos fluxos de solicitação e dos responsáveis por cada demanda. Observou que, muitas vezes, os agricultores não sabem a quem recorrer ou quais procedimentos devem seguir para obter apoio do programa.

Como encaminhamento, sugeriu a elaboração de uma cartilha ou guia de orientação, contendo informações sobre o funcionamento do Programa Sampa+Rural, atribuições das equipes técnicas, contatos das Casas de Agricultura Ecológica (CAEs), procedimentos para acesso aos programas e critérios de participação em iniciativas como o Programa Operação Trabalho (POT). Segundo ela, esse material contribuiria para padronizar informações, facilitar o acesso dos agricultores aos serviços e apoiar a integração de novos participantes.

A conselheira destacou ainda a importância de ampliar a divulgação dos programas públicos voltados à agricultura, considerando que muitos produtores ainda desconhecem as oportunidades existentes, bem como os canais de acesso e participação.

Por fim, abordou a necessidade de maior transparência e divulgação dos critérios de seleção e funcionamento do Programa Operação Trabalho (POT), sugerindo que essas informações também integrem o material orientativo proposto, de modo a facilitar o entendimento dos agricultores e demais interessados.

Complemento - Relato sobre Fiscalização em Área Rural

Durante a discussão, Paloma Grillo relatou situações envolvendo fiscalizações realizadas em sua propriedade por agentes da fiscalização municipal e da Guarda Civil Metropolitana Ambiental. Informou que recebeu diversas visitas ao longo dos últimos meses e manifestou preocupação com a forma como algumas ações foram conduzidas, alegando falta de informações e esclarecimentos sobre os procedimentos adotados.

A conselheira relatou episódios envolvendo intervenções em estruturas existentes na propriedade e destacou a necessidade de maior diálogo entre os órgãos fiscalizadores e os agricultores. Ressaltou ainda as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais para compreender a legislação ambiental e os procedimentos administrativos aplicáveis às suas atividades.

Por fim, defendeu o fortalecimento da assistência técnica e da orientação aos agricultores, de forma a garantir maior segurança jurídica, melhor compreensão das normas vigentes e prevenção de conflitos decorrentes de ações fiscalizatórias.

Fiscalização em Áreas Rurais e Apoio aos Agricultores

Dando continuidade à pauta, a conselheira Paloma Grillo relatou dificuldades enfrentadas em sua propriedade e por outros agricultores da região em relação às ações de fiscalização ambiental e municipal. Informou que procurou a Subprefeitura para buscar esclarecimentos sobre uma ocorrência envolvendo a retirada de materiais de sua propriedade, porém não obteve informações conclusivas sobre os responsáveis pela ação nem sobre o destino dos materiais, apesar de possuir registros e notas fiscais dos bens retirados.

A conselheira destacou que a situação não é isolada e que outros agricultores têm relatado dificuldades semelhantes, especialmente em relação a podas de árvores, manejo de áreas produtivas e intervenções realizadas por órgãos de fiscalização. Segundo ela, muitas vezes os produtores não recebem orientações claras sobre os procedimentos adotados ou sobre a legislação aplicável às suas propriedades, gerando insegurança e preocupação.

Tamires também mencionou casos relatados por outros agricultores da região, envolvendo ações fiscalizatórias que teriam causado prejuízos às atividades produtivas. Ressaltou a necessidade de ampliar o diálogo entre os agricultores e os órgãos responsáveis, buscando maior transparência, orientação técnica e segurança jurídica para os produtores rurais.

Em resposta, foi sugerido que o tema seja tratado em reunião específica com representantes dos órgãos ambientais e de fiscalização, visando esclarecer procedimentos, competências e formas de atuação nos territórios rurais. Foi destacada a importância de compreender cada situação de forma individualizada, verificando a legislação aplicável e os órgãos responsáveis pelas ações.

Como encaminhamento, Solange Dias propôs realizar, juntamente com a equipe técnica da Coordenadoria de Agricultura, uma visita à propriedade da conselheira para compreender melhor os fatos relatados, identificar os órgãos envolvidos e avaliar possíveis formas de apoio e orientação. Também foi sugerido aprofundar o diálogo com os órgãos competentes para buscar esclarecimentos sobre os procedimentos adotados nas áreas rurais do município.

Pauta 5: Atuação da GCM Ambiente e fiscalização das Subprefeituras nas áreas rurais e urbanas de hortas:

Paloma Fluentes:

Paloma Fluentes: Relatou preocupações sobre a atuação da Guarda Civil Metropolitana Ambiental (GCM Ambiental) e da fiscalização das Subprefeituras em áreas rurais e urbanas de agricultura e hortas, especialmente na região de Parelheiros. Segundo seu relato, sua propriedade recebeu diversas ações de fiscalização sem notificações prévias ou justificativas claras.

A participante ressaltou que seu caso não é isolado e mencionou relatos de outros agricultores que enfrentam dificuldades relacionadas à fiscalização, manejo de árvores, podas e pequenas criações. Também citou um caso na região da Capela do Socorro envolvendo a retirada de estruturas destinadas à criação de animais.

Diante dessas situações, Paloma solicitou apoio do Conselho para promover diálogo com a GCM Ambiental e os órgãos de fiscalização, buscando maior transparência nos procedimentos, orientação aos agricultores e esclarecimentos sobre os critérios adotados nas ações realizadas em áreas rurais e produtivas. Durante a discussão, foi sugerida a realização de uma reunião com representantes da fiscalização ambiental para tratar dessas questões e alinhar procedimentos junto aos agricultores da região.

Pauta: 8 Informes

Durante os informes, foi realizada a entrega simbólica da placa de identificação de uma horta participante do Programa Sampa+Rural. Na ocasião, a equipe técnica destacou a trajetória da agricultora contemplada, ressaltando a transformação da área produtiva ao longo de aproximadamente um ano e cinco meses de acompanhamento. Foi enfatizado que a horta se tornou uma referência de produção, comercialização e organização, refletindo os objetivos do programa de fortalecer a agricultura urbana e periurbana no município.

Na sequência, representantes da ADE SAMPA apresentaram informações sobre as próximas ações do programa Semeando Negócios, informando o cronograma das acelerações previstas para 2026. Também foi anunciado o início de novas turmas em Parelheiros e informado que as datas das próximas edições serão encaminhadas aos conselheiros.

Ainda nos informes, foi abordada a participação da Coordenadoria de Agricultura em reuniões relacionadas ao território indígena do Jaraguá, realizadas no âmbito do Ministério Público. Foi informado que atualmente não há representante específico da agricultura acompanhando regularmente essas discussões e que seria

importante definir um representante para participar das reuniões e apresentar as ações desenvolvidas pela Secretaria junto às comunidades indígenas. Destacou-se que os encontros ocorrem em datas variáveis, muitas vezes coincidindo com outras agendas institucionais da equipe, dificultando a participação contínua dos atuais representantes.

Também foram prestados esclarecimentos sobre o andamento de demandas relacionadas à contratação de serviços e à disponibilidade de recursos para programas em execução. Foi informado que a Coordenadoria de Agricultura continua acompanhando os processos junto aos setores competentes e buscando atualizações para posterior compartilhamento com o Conselho.

Ao final, foram feitos agradecimentos à equipe de apoio pela organização da reunião e aos conselheiros pela participação. Destacou-se que a reunião foi produtiva, com diversas pautas relevantes para os agricultores e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura no município.

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS

Ata de Reunião | Documento: 166951444

ATA DA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SOLIDÁRIO E SUSTENTÁVEL - CMDRSS

Data: 26/06/2026

Horário: 09h00 às 12h00 horas

Participantes:

Poder Público:

● Aline Rodrigues Miyake - Suplente - SMDET/CA

● Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS

● Clayton Erik Teixeira - Titular - SMUL

● Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAA

● Luiza Alegre Caballero - Suplente - SECLIMA

● Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura de Parelheiros

● Maria Alice Silva Ferreira Rosmarinho - Titular - Câmara Municipal de São Paulo

● Paulo Cesar Leite Saraiva - Suplente - CATI/SAA

● Raquel Grillo Vettori Rodrigues - Titular - SP Turis

● Roseli Allemann - Titular - SMVA

● Solange Aparecida Dias - Presidente - Titular - SMDET/CA

Sociedade Civil:

● Helen Evelin de Souza - Suplente - Movimento Agricultura Urbana Centro/Oeste

● Jaíne Pacheco dos Santos - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Jordano Roma Buzatti - Titular - COMUSAN

● Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte

● Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultures Zona Sul

● Paloma Fluentes - Suplente - Agricultores Zona Sul

● Pâmela Fernanda de Souza Lucena - Suplente - CONGETUR

● Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultoras Zona Sul

● Tamires Araujo Firmino - Suplente - OSC a Agricultura Familiar

● Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste

Convidados:

● Diego Blum - AdeSampa

● Bruna Bau da Silva - Gestor Equipamento Público/CAE SUL

● Lia Esperança - Agricultora

● Marcos Akira Shimabukuro - Gestor de Equipamento Público/CAE LESTE

● Gilson José Vieira - Gesto de Equipamentos Público/CAE NORTE

● Saullo Sandro de Campos Pereira - SMDET/CA

● Grécia Griselda Delgado Kama - Presidente do COMPISP

● Edimar Araujo Mendes - SMDET/CA

● Radomir Tomitch - SMDET/CA

Ausência justificada:

● André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familar

● Ludmila Mello de Amorim - Titular - Seclima

Reunião de 26/06/2026

Em 26 de Junho de 2026 foi realizada a 6ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião Online.

Pauta da Reunião Ordinária do CMDRSS

Data: 26 de junho de 2026
Horário: 09h às 12h
Formato: Online

1. Constituição da Comissão Eleitoral

Formação da Comissão Eleitoral responsável pelo processo de eleição da **5ª Gestão do CMDRSS (2027-2029)**.

2. Atualizações sobre o Artigo 48

Informes e encaminhamentos relacionados ao Art. 48.

Apresentação: Roseli Allemann - Titular/SVMA.

3. Construção do 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN)

Informações sobre o andamento e as etapas de elaboração do 2º PLAMSAN.

Apresentação: Jordano Roma - Titular/ COMUSAN.

4. Demandas das Hortas Urbanas e Agricultura Familiar

Confecção e entrega das placas de identificação das hortas;

Visitas técnicas realizadas pelos técnicos agros;

Solicitação de materiais e suporte para as hortas;

Demandas e solicitações pendentes de atendimento.

Solicitação: Tamires Araújo - Suplente/OSC Agricultura Familiar.

5. Apresentação do Conselho Municipal dos Povos Indígenas de São Paulo (COMPISP)

Estrutura, atribuições e ações desenvolvidas pelo Conselho.

Apresentação: Grécia Griselda Delgado Kama - Presidente do COMPISP.

6. Aprovação das Atas

Deliberação sobre as atas das reuniões ordinárias dos meses de **abril e maio de 2026**.

7. Informes Gerais

Comunicados dos conselheiros, secretarias e convidados.

Encaminhamentos e assuntos de interesse do Conselho.

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, das nove às doze horas, foi realizada, em ambiente virtual, a 6ª Reunião Ordinária da 4ª Gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável - CMDRSS, referente ao biênio 2025-2027, sob a presidência da Sra. Solange Aparecida Dias e com a Secretaria Executiva exercida por Aloisio Areias.

Após a verificação do quórum, a Presidente deu início aos trabalhos, cumprimentou os participantes e iniciou a reunião pela discussão do Artigo 48 da Lei nº 17.794/2022.

2. Atualização sobre o Artigo 48.

A conselheira Roseli Allemann apresentou os avanços das discussões referentes ao Artigo 48 da Lei de Arborização Urbana, esclarecendo que a legislação não se aplica às áreas

rurais e que permanece a necessidade de regulamentação específica para o território rural do município. Informou que o tema vem sendo discutido por Grupo de Trabalho constituído para subsidiar a elaboração de proposta técnica, em